



A Nossa Fronteira

Rui Estrada

Universidade Fernando Pessoa

Da emergência da retórica

O DISCURSO DE PÉRICLES, em honra dos primeiros mortos da guerra do Peloponeso, é um hino às virtudes de um regime democrático. O governante enaltece Atenas (sobretudo em comparação com Esparta), relevando o governo democrático, a igualdade dos cidadãos perante a lei, a educação, a abertura da cidade aos estrangeiros e uma atitude altruísta fundada apenas na “crença que temos da nossa visão de liberdade”. (XL [5]).

Péricles não esquece que esta “forma de estar” exige a participação activa dos cidadãos; a sua determinação quanto a isso é clara: “De facto, nós somos o único povo que pensa que um cidadão que não participa na vida pública não é apolítico mas sim inútil no que diz respeito aos interesses da cidade.” (XL [2]).

A passagem é extraordinária e actualíssima. Voltarei a ela mais à frente. Por agora, farei um breve excuroso acerca da ligação entre a democracia e a retórica e o modo como Platão procurou minar essa relação.

Plutarco conta que uma vez enviaram a Bias de Priene, um dos sete sábios que se distinguiu pelo dom da oratória, “um animal, pedindo-lhe que o devolvesse depois de o ter privado da parte do corpo que fosse a mais excelente e a mais perversa. A sua resposta foi magnífica: devolveu o animal depois de lhe ter tirado a língua.” (Plutarco, *cit in* Manuel Dias Duarte, p. 81).

Ainda antes do sábio Bias, Homero também teve a percepção, não obstante nesse tempo ser a força física o factor determinante num confronto, da importância, para o bem e para o mal, da palavra: Fénix, na *Ilíada*, diz a Aquiles que o seu pai, Peleu, o encarregou da educação do filho: “Por isso ele me mandou, para que eu te ensinasse tudo, como ser orador de discursos e fazedor de façanhas.” (9. 442/443).

Ora, Aquiles parece ter aprendido melhor o segundo do que o primeiro dos ensinamentos ministrados por Fénix: na contenda verbal, no canto I da

Ilíada, com Agamémnon, a propósito da escrava Briseida, o chefe dos aqueus leva a melhor. Para os leitores, Aquiles é sobretudo o “fazedor de façanhas” que reverte a sorte da guerra, matando o príncipe troiano Heitor, sujeitando depois o seu corpo a um tratamento ímpio que desagrade aos próprios deuses (Canto XXIV). Enfim a arma principal era ainda a lança e não a palavra.

O advento da democracia no séc. Va.c., em Atenas, veio reverter esta relação: pela primeira vez o discurso assume um papel primordial. A palavra e a argumentação são valorizadas num debate público que, embora sexista e esclavagista, congrega princípios fundamentais de um regime democrático e da liberdade de opinião.

Neste contexto, surge a retórica e surgem os sofistas. Os filhos das famílias abastadas de Atenas eram enviados a estes últimos para serem educados no uso da palavra. Convém todavia notar que esta educação pressupunha dois momentos: um mais formal que estava estritamente relacionado com a correcção da linguagem e o percurso da argumentação e outro mais substantivo que se configurava numa *polymathia*. Isto é, os sofistas, professores da época, ensinavam aos seus discípulos aquilo que os professores de hoje procuram ensinar aos seus alunos: o domínio enciclopédico sobre um dado tópico e a forma de argumentar e de o defender.

São estas competências que faziam, e fazem, um cidadão apto a intervir na *res publica* e num determinado campo de conhecimento ou área profissional¹. Diz-nos Maria José Vaz Pinto acerca do ensino dos sofistas:

No currículo sofisticado realça-se que a propedêutica de toda a aprendizagem deverá ser o estudo da correcção dos nomes, ou seja, o cuidado e o rigor no uso da linguagem, como o órgão privilegiado das demais competências. Mas não se deverá sobrevalorizar o carácter formal do modelo educativo preconizado, em detrimento das matérias leccionadas, dado que a cultura geral constitui um elemento decisivo na formação facultada pelos sofistas aos seus discípulos. (...) as linhas de força da *paideia* sofisticada (...) conectam-se precisamente com a exaltação da *techne* e do *logos*, quer dizer, com as duas funções primordiais da inteligência (...)” (2005, pp. 26/27).

¹Cf. Manuel Alexandre Júnior: “As pessoas estudavam retórica para saber ler, investigar, estruturar as ideias ao nível do pensamento e da palavra, e elaborar discursos. Usavam as convenções da retórica para resolver querelas e contradições, para argumentar questões da vida pública e privada e para defender toda a sorte de causas. (...) o estudo da retórica correspondia a um curso sólido e fecundante de cidadania, a um sistema completo de formação para a vida em comunidade.” (2008, p. 2).

Guthrie também refere alguns dos assuntos que os sofistas, algumas vezes em desacordo entre si, discutiam: igualdade política, igualdade social, escravidão, agnosticismo, ateísmo, etc. (1993, capítulos VI e IX).

Esta retórica republicana, como lhe chama Nietzsche (1995, p. 27), era suficiente para a discussão política pública que ocorria, ao ar livre, na Pnix, perto da Acrópole. Aí reunia a Assembleia para tratar de assunto políticos e de estado à luz do melhor argumento *inter pares*.

Seguindo Parménides e a tradição eleática², Platão (felizmente mais ou menos ignorado no seu tempo, mas a quem os vindouros, sobretudo os filósofos profissionais e os tiranos, fizeram as honras) veio territorializar o discurso, estabelecendo uma fronteira que permanece até aos nossos dias. O peso dessa fronteira é dramatizado pela repetida citação de Whitehead: “a tradição filosófica europeia... consiste em notas de rodapé sobre Platão” (*cit. In Finley, 2002, p. 114*) e exemplificado por este próprio texto que estou a escrever.

O ponto de Platão pode relacionar-se com a história do sábio Bias referida acima: sendo permitido o discurso, a liberdade de expressão, não é mais possível evitar que o seu uso possa ser excelente ou perverso (por isso mesmo é difícil governar em democracia). Este perigo, associado à possibilidade eminentemente democrática da controvérsia (do *dicere in utramque partem* de que Platão se queixa no *Fedro* – 265), levou o filósofo de Atenas a uma tentativa, não de extirpar a língua à maneira de Bias, mas de a domesticar.

Os escritos de Platão, através de um método de assédio moral, conduzido a maioria das vezes por Sócrates, a que se chama maiêutica, ou seja, dar à luz, sendo justamente a mãe de Sócrates parteira, concorrem para esse fim. Fazem-no reinventando, reelaborando a tese da profundidade da verdade. Dito de outro modo, Platão considera que a verdade é um assunto bem mais sério, importante e de acesso difícil do que o resultado da discussão que decorre de uma assembleia culta e bem formada.

Esta sacralização da verdade, primeiro indício do fundamentalismo, surge assim como uma resposta humana e contingente, passe o paradoxo, a uma verdade que é isso mesmo: humana e historicamente contingente. O que interessa menos aqui, e a História tem infelizmente demonstrado isso à saciedade, é a conceptualização eternamente adiada desta verdade transcendente, seja política, científica, moral ou outra, mas a legitimidade que parece dar aos

²Cf. My-Kyoung Lee, 2008, pp. 35 e sgs.

seus defensores para fazerem o que querem, ou seja, para exercerem um poder incondicionado em nome de um desígnio que é suposto ser universal e incontroverso.

O próprio Platão tentou executar o seu programa totalitário consubstanciado em *A República*. A experiência foi contudo desastrosa³.

No diálogo *Político*, enuncia uma vez mais, tal como fizera n' *A República* e fará em as *Leis*, os princípios que permitem e legitimam qualquer prática – a prática do filósofo-rei que é “afinal o próprio Platão”, como refere o insuspeito Karl Popper⁴:

(...) de entre os regimes políticos (...) é correcto por excelência e o único que o pode ser aquele em que seja possível descobrir que quem governa detém na verdade uma ciência e não aparenta detê-la; governe conforme as leis ou sem leis, com o consentimento dos governados ou por imposição, seja pobre ou rico, nada disto deve ter-se em conta para determinar qualquer rectidão (...) E se [os governantes] (...) matam ou desterram alguns indivíduos para purificar e sanear a cidade (...) desde que procedam com sabedoria e justiça para a salvar e introduzam dentro do possível melhorias, devemos dizer (...) que este regime político é o único correcto. (293c).

O filósofo-rei é o único que detém o critério para executar e justificar decisões políticas. A passagem de Platão ecoa uma tristemente famosa máxima da enciclopédia totalitária: “resolvemos os problemas seguindo em frente”.

A retórica, na sua vertente formal e substantiva -a retórica enquanto exercício de cidadania e vida comunitária, como refere Manuel Alexandre Júnior (ver nota 1)- tende a desaparecer nesta fronteira com uma epistemologia e uma prática incontroversas emergentes à luz da filosofia platónica. Confinou-se à *elocutio*, ressurgindo já em meados do século XX com o aparecimento gradual dos regimes democráticos no mundo ocidental.

Ora é precisamente aqui, na transição que pretendo fazer para o documentário *Dividocracia*, que regresso à passagem de Péricles: a única forma de mantermos robusta a democracia (essa “forma de estar”, como dizia o estadista ateniense) é participarmos nela, é não sermos apolíticos. Não obstante o desencanto e a desilusão, a participação lúcida e crítica que a retórica ensinou é o contributo indispensável na defesa de um regime democrático. O

³Cf. “Introdução” de Carlos Humberto Gomes à obra de Platão *Leis Volume I*, pp. 38/39.

⁴CF. Popper, 1993, p. 162.

documentário *Dividocracia* é um exemplo naturalmente controverso, e claro, retórico, disso mesmo.

Da indispensabilidade da retórica

Dividocracia é um documentário, realizado, em 2011, por dois jornalistas e um economista gregos. Foi rodado com dinheiro próprio e donativos recolhidos nas redes sociais. A sua exibição é gratuita e passou na SIC Notícias no passado dia 10 de Julho. De acordo com o *site* desta estação, a SIC Notícias foi o primeiro canal europeu a apresentar o documentário na íntegra⁵.

São três os pontos que discutirei brevemente acerca deste documentário: a divulgação, os argumentos defendidos e a sua importância enquanto exemplo de um *modus* retórico que surgiu justamente na Grécia.

1. Depreende-se do que foi dito acima, que os media globais e oficiais ignoraram, apesar de ser gratuito, este documentário. Podemos vê-lo na *Internet* e é também no território dos novos media que se encontra alguma reflexão, inclusive de natureza académica⁶, disponível. Isto é curioso visto que no mundo globalizado há coisas que são mais globalizadas que outras. Ou seja, as fronteiras mantêm-se e, no domínio específico da comunicação, as fontes não oficiais possibilitadas pela *Internet* são cada vez mais inestimáveis. São justamente estes novos media, e a honrosa excepção da SIC Notícias, que me permitem estar a falar deste documentário⁷.
2. *Dividocracia* é um documentário obviamente parcial e situado (como tudo na vida) que questiona, através de uma argumentação fundamentada e ilustrada, o capitalismo financeiro e a crise das dívidas soberanas, sobretudo da Grécia.

⁵Cf. <http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2011/07/09/sic-noticias-e-o-primeiro-canal-europeu-a-apresentar-dividocracia-popular-documentario-sobre-a-crise-grega>

⁶Basta colocar o nome do documentário no Google Académico para vermos isso.

⁷Sobre os novos media cf. Michael Kochin, “Ethosblog: Trust and Evidence on the Internet” e Eleana Nikiforidou, “Outline and Discuss Some of the Ways in Which New Media are Influencing Contemporary Political Life”, com uma referência directa a *Dividocracia*.

Partindo do conceito de “dívida odiosa”, teorizado por Alexander Sack nos anos 20, os autores e convidados de *Dividocracia* sugerem que, tal como os americanos fizeram relativamente à dívida do Iraque após o derrube de Saddam Hussein, os cidadãos gregos, e de outros países, não devem suportar encargos dos quais não têm responsabilidade directa.

É justamente neste ponto que entra a redefinição etimológica subjacente ao título do documentário: deixa de haver uma democracia, ou seja uma legitimidade de poder decorrente do *demos*, das pessoas em geral, para surgir em seu lugar uma autoridade que se legitima, ou é legitimada, pela necessidade incontroversa de saldar uma dívida contraída.

O problema é que este poder da dívida, aparentemente inquestionável (as pessoas devem pagar as suas dívidas), não é tranquilo visto que pode não ser democrático. Dito de outra forma, se a dívida soberana resultou de empréstimos que apenas servem os interesses dos credores e de uma minoria política corrupta que deles se apossou durante anos, sem assentimento ou benefício dos cidadãos em geral, então não cabe a estes últimos a responsabilidade de a saldar.

São estes *grosso modo* alguns dos argumentos evocados por este documentário para concluir então que, tendo havido “políticas contrárias aos interesses dos cidadãos”, não devem ser estes a pagar os débitos.

O documentário é incisivo neste ponto: não se trata de atacar os regimes democráticos, mas a sua perversão levada a cabo por um mundo financeiro capitalista, sem rosto, sem qualquer regulamentação ou legitimidade democrática, que é amigavelmente acolhido no seio de uma classe política corrupta que toma decisões contra o *demos*.

Justamente porque de uma democracia se trata, obriga depois esse mesmo *demos* a pagar, seja lá como for e a que custo, os desmandos praticados. Enfim um excelente negócio: uma oligarquização das receitas e uma democratização das dívidas.

3. O advento da retórica, como vimos acima, deu lugar, daí a imensa que-rela com a dupla anti-democrática Sócrates/Platão, ao aparecimento de uma dimensão humana, contextualizada e contingente do pensamento, do conhecimento, do discurso e das práticas. Por outro lado, desta “forma de estar” resultou necessariamente a participação cívica dos humanos na condução dos seus assuntos.

É verdade que esta forma de vida tem riscos: é impossível impedir, talvez minorar, a manipulação, a demagogia, a controvérsia inútil. Todavia, a História tem-nos mostrado *urbi et orbi* que qualquer tentativa de erradicar estes riscos resulta num mal muito maior. É a cruz da democracia: por mais exigente que seja governar neste regime, por mais desencanto que sintam os governados, passar a fronteira para o lado de Platão é com certeza pior.

Dividocracia é demagogo ou populista? Sê-lo-á em parte (por exemplo nas passagens sobre o Equador e o presidente Rafael Correa), mas é também, do meu ponto de vista, um documentário sólido que discute e nos põe a pensar acerca do estado actual do mundo.

Essa é justamente uma das suas grandes virtudes: um apelo à participação cívica e crítica que só foi historicamente possível através da emergência da democracia e da retórica.

Um dos convidados de *Dividocracia* diz o seguinte: os intelectuais, os juízes, os artistas “têm de expressar os seus pontos de vista e de exercer pressão sobre o poder político.” (*Dividocracia*, 2011)

A citação evoca o famoso discurso de Péricles, na versão de Tucídides, com que comecei este texto. É mera coincidência que seja feita num documentário realizado por gregos. Mas nos dias de hoje que ao menos essa coincidência lhes traga algum alento.

Obras citadas:

DUARTE, M. D. (2004). *Os Sete Sábios*. Vega, Lisboa.

FINLEY, M. I. (2002). *Os Gregos Antigos*. Edições 70, Lisboa.

GUTHRIE, W. K. C. (1993). *The Sophists*. Cambridge UP, Cambridge.

HOMERO (2005). *Ilíada*. Cotovia, Lisboa.

JÚNIOR, M. A. (2008). Eficácia Retórica: A palavra e a imagem. [Em linha]. Disponível em <http://www.rhetorike.ubi.pt/00/pdf/alexandre-junior-eficacia-retorica.pdf> (Consultado em 2011/10/06).

- KOCHIN, M. S. (2008). Ethosblog: Trust and Evidence on the Internet. [Em linha]. Disponível em http://www.rhetorike.ubi.pt/00/pdf/michael_kochin.pdf(Consultado em 2011/10/06).
- LEE, M. (2008). *Espitemology after Protagoras*. Oxford UP, Oxford.
- NIETZSCHE, F. (1995). *Da retórica*. Vega, Lisboa.
- NIKIFORIDOU, E. (2011). Outline and Discuss Some of the Ways in Which New Media are Influencing Contemporary Political Life. [Em linha]. Disponível em http://www.essex.ac.uk/sociology/student_journals/UG_Journal/UGJournal_Vol6/2011SC224_EleanaNikiforidou.pdf (Consultado em 2011/10/09).
- PINTO, M. J. V. (2005). *Sofistas. Testemunhos e Fragmentos*. IN-CM, Lisboa.
- PLATÃO. (1981). *Fedro*. Guimarães & Editores, Lisboa.
- (1992). *Diálogos V Parménides, Teeteto, Sofista, Político*. Editorial Gredos, Madrid.
- (2004). *Leis Volume I*. Edições 70, Lisboa.
- POPPER, K. (1993). *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos*. Editorial Fragmentos, Lisboa.
- TUCÍDIDES. (2010). *História da Guerra do Peloponeso*. FCG, Lisboa.